



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**

**ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DOS
DIREITOS DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA – CONADE**

01 A 04 DE DEZEMBRO DE 2009

1 Às catorze horas do dia primeiro de dezembro de dois mil e nove, no Auditório da
2 Procuradoria Geral da República, situada no SAF Sul, Quadra 04, Lote 03, Bloco B,
3 em Brasília/DF, foi realizada a 2ª Reunião Extraordinária do Conselho Nacional dos
4 Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE, sob a presidência do Sr.
5 Isaías Dias, alternada com a presidência da Sra. Denise Costa Granja nos dias que
6 transcorreu. Estiveram presentes os Conselheiros **Governamentais**: Denise Costa
7 Granja – *Representante Titular do Ministério das Comunicações – MC e Presidente*
8 *do CONADE*; Celso Lourenço Correa – *Representante Titular da Casa Civil da*
9 *Presidência da República*; Thaís Borges Werneck – *Representante Titular do*
10 *Ministério da Cultura – MinC*; Aline Camila Romão Mesquita – *Representante*
11 *Suplente do Ministério da Cultura - MinC*; Martinha Clarete Dutra dos Santos –
12 *Representante Titular do Ministério da Educação - MEC*; Sinara Pollom Zarbo –
13 *Representante Supente do Ministério da Educação – MEC*; Júnia Marília Pimenta
14 Larges – *Representante Titular do Ministério da Justiça – MJ*; Ermelinda Christiane
15 de Paula – *Representante Titular do Ministério da Previdência Social – MPS*;
16 Raimundo Nonato Lopes de Souza – *Representante Suplente do Ministério da*
17 *Previdência Social - MPS*; Érika Pisaneschi – *Representante Titular do Ministério da*
18 *Saúde - MS*; Andréa Duarte – *Representante Suplente do Ministério da Saúde - MS*;
19 Magda Hennes – *Representante Titular do Ministério das Cidades - MCidades*; Maria
20 Leonor Brenner Ceia Ramos – *Representante Suplente do Ministério dos Esportes -*
21 *ME*; Ana Beatriz Borges Serpa – *Representante Titular do Ministério do Turismo –*
22 *MTur*; Evandro Dias de Souza *Representante Suplente do Ministério do Turismo –*
23 *MTur*; Marcos Cordeiro de Souza Bandeira – *Representante Titular do Ministério dos*
24 *Transportes - MT*; José Veríssimo da Silva – *Representante Suplente do Ministério*
25 *dos Transportes – MT*; Izabel Maria Madeira Loureiro Maior – *Representante Titular*
26 *da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República – SDH/PR*;
27 Niusarete Margarida de Lima – *Representante Suplente da Secretaria de Direitos*

28 *Humanos da Presidência da República – SDH/PR; Kellerson Souto Viana –*
29 *Representante Titular do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras*
30 *de Deficiência de Belo Horizonte – CMPPD BH. Os Conselheiros da **Sociedade***
31 ***Civil:** Silvana de Oliveira Almeida – Representante Titular da Associação Nacional*
32 *do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e Pessoas com Deficiência -*
33 *AMPID; Maria do Carmo Tourinho – Representante Titular da Associação de*
34 *Autismo – ABRA; Edmando Luiz de Albuquerque – Representante Suplente da*
35 *Associação de Autismo – ABRA; Maria Aparecida Reis – Representante Titular da*
36 *Associação Brasileira de Ostromizados - ABRASO; Roberto Paulo do Vale Tiné –*
37 *Representante Titular da Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de*
38 *Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade – APABB; José Antônio Ferreira*
39 *Freire – Representante Titular da Confederação Brasileira de Desportos para Cegos*
40 *– CBDC; Laércio José de Oliveira – Representante Titular da Confederação*
41 *Nacional do Comércio - CNC; Isaías Dias – Representante Titular da Central Única*
42 *dos Trabalhadores - CUT e Vice-Presidente do CONADE; Flávio Henrique de Souza*
43 *– Representante Suplente da Central Única dos Trabalhadores; Márcio Castro de*
44 *Aguiar – Representante Suplente do Conselho Nacional dos Centros de Vida*
45 *Independente – CVI Brasil; Rosangela da Silva Santos – Representante Titular da*
46 *Federação das Associações de Renais e Transplantados do Brasil - FARBRA;*
47 *Antonio Carlso Sestaro – Representante Suplente da Federação Brasileira das*
48 *Associações de Síndrome de Down – FBASD; Domingos João Montagna –*
49 *Representante Titular da Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e*
50 *Deficientes do Brasil - FCD/BR; Raimundo José Monteiro – Representante Titular da*
51 *Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil - FCD/BR;*
52 *Adinilson Marins dos Santos – Representante Titular da Federação Nacional das*
53 *APAES – FENAPAE; Renata Souza Vale – Representante Suplente da Federação*
54 *Nacional das APAES – FENAPAE; Lizair de Moraes Guarino – Representante Titular*
55 *da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi - FENASP; Ester Alves*
56 *Henriques – Representante Suplente da Federação Nacional das Sociedades*
57 *Pestalozzi - FENASP; Shirley Vilhalva – Representante Suplente da Federação*
58 *Nacional de Educação Integração de Surdos - FENEIS; Valdenora da Cruz*
59 *Rodrigues – Representante Titular do Movimento de Reabilitação das Pessoas*
60 *Atingidas pela Hanseníase - MORHAN; Reinaldo Mattos Carvalho – Representante*
61 *Suplente do Movimento de Reabilitação das Pessoas Atingidas pela Hanseníase -*
62 *MORHAN; Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes – Representante Titular da*
63 *Ordem dos Advogados do Brasil OAB; Ricardo Mesquita Barbosa – Representante*

64 *Titular da Ordem dos Advogados do Brasil OAB; Antônio José Ferreira –*
65 *Representante Titular da Organização Nacional de Cegos do Brasil – ONCB; Moisés*
66 *Bauer Luiz – Representante Suplente da Organização Nacional de Cegos do Brasil –*
67 *ONCB; José Alcides Marton da Silva – Representante Titular da União Brasileira dos*
68 *Serviços de Referência em Triagem Neonatal Credenciados - UNISERT; Nancy*
69 *Ferreira de Oliveira – Representante Suplente da União Brasileira dos Serviços de*
70 *Referência em Triagem Neonatal Credenciados – UNISERT. **Justificaram sua***
71 ***ausência os Conselheiros Representantes Governamentais:*** Mariana Bandeira
72 *de Mello Parente – Representante Suplente da Casa Civil da Presidência da*
73 *República; Eloisa Elena Cangiani – Representante Titular do Ministério da Ciência e*
74 *Tecnologia - MCT; Elyria Yoshida Credidio – Representante Titular do Ministério do*
75 *Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS; Maria José de Freitas –*
76 *Representante Suplente do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à*
77 *Fome - MDS; Rogério Lopes Costa Reis – Representante Suplente do Ministério do*
78 *Trabalho e Emprego - MTE; Francisco Alexandre Dourado Mapurunga –*
79 *Representante Titular do CEDEF Ceará. **Os Conselheiros Representantes Não-***
80 ***Governamentais:*** Luiz Antonio Miguel Ferreira – *Representante Suplente da*
81 *Associação Nacional do Ministério Público de Defesa dos Direitos dos Idosos e*
82 *Pessoas com Deficiência - AMPID; Berenice de Souza – Representante Suplente da*
83 *Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco*
84 *do Brasil e da Comunidade – APABB; José Antônio Lanchoti – Representante Titular*
85 *do Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia - CONFEA; Romeu*
86 *Kazumi Sasaki – Representante Titular do Conselho Nacional dos Centros de Vida*
87 *Independente – CVI Brasil; Claudia Grabois – Representante Titular da Federação*
88 *Brasileira das Associações de Síndrome de Down – FBASD; Franklin Ferreira Júnior*
89 *– Representante Titular da Federação Nacional de Educação Integração de Surdos -*
90 *FENEIS;*

91

92 **DIA 1º DE DEZEMBRO – TERÇA-FEIRA**

93 **Abertura:** Verificado o quorum por meio de chamada oral, o Sr. Isaías Dias iniciou
94 os trabalhos. **Aprovação da Proposta de Pauta da 68ª Reunião Ordinária.** O Sr.
95 Moisés Bauer Luiz informou que o Ministério das Comunicações, com relação ao
96 tema da áudio descrição, na sexta-feira anterior, publicou nova Portaria
97 estabelecendo nova consulta pública, propondo alteração de dois itens da Norma
98 Complementar nº 01/2006. Com tanto, solicitou deliberação imediata do CONADE
99 por moção contrária a este ato. Propôs também que a Comissão de Articulação de

100 Conselhos – CAC fosse a primeira a relatar. Ao passo que a Sra. Laís Vanessa
101 Carvalho de Figueiredo Lopes informou que a Comissão de Atos Normativos – CAN
102 relataria processo no qual constava o tema e que a mesma seria a primeira
103 comissão na ordem dos informes. Questionou, deste modo, se contemplava ao
104 Conselheiro, que acatou a sugestão da Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo
105 Lopes com relação à deliberação da moção, todavia, ratificou a proposição de ser a
106 CAC a primeira a relatar. Entretanto, o Sr. Isaías Dias foi contrário à propositura e
107 sugeriu a não alteração da pauta de informes das comissões. Posto isto, a pauta foi
108 aprovada sem alterações. **Informes das Comissões Permanentes: Comissão de**
109 **Análise, Elaboração e Acompanhamento de Atos Normativos – CAN.** A Sra.
110 Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes informou que a CAN: aprovou as
111 sugestões de encaminhamentos sobre as deliberações da 2ª Conferência Nacional
112 dos Direitos das Pessoas com Deficiência e que seriam transformadas em
113 processos para os devidos encaminhamentos. Com tanto, a CAN atuaria
114 conjuntamente com outras comissões que tratariam do mesmo tema. Além disso, a
115 CAN analisou seu relatório de atividades e o seu plano de ação, a fim de verificar o
116 que havia sido ou não realizado e o que se pretendia fazer dali para frente. Com
117 isso, passou à leitura das diretrizes da CAN e suas respectivas ações. O Sr.
118 Kellerson Souto Viana sugeriu à CAN a criação de um Projeto de Lei com o objetivo
119 de substituir o Decreto de Criação do CONADE, visto sua fragilidade. Ao passo que
120 a Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes informou que esse assunto seria
121 tema de pauta da próxima reunião da Comissão. Na sequência, a Sra. Ana Paula
122 Cosara fez o relato do processo CAN 204/2009, requerido pela Associação
123 Brasileira de Rádio e Televisão - ABERT. Informou que o parecer destacou como
124 premissa fundamental a incorporação no ordenamento jurídico da Convenção e
125 Protocolo Facultativo com equivalência de emenda constitucional, dando
126 exigibilidade imediata a todos os direitos e passando a ser a acessibilidade e a áudio
127 descrição uma previsão da Convenção e não somente das leis infra-constitucionais.
128 Destacou além que a acessibilidade era princípio e direito também positivados no
129 ordenamento jurídico. Conceituando a áudio descrição, relatou que a comissão
130 analisou a legislação vigente, principiando pela Lei nº 1.098, que materializou o
131 direito à remoção de barreiras da comunicação; o decreto 5.645, que fixou o prazo
132 impostergável de 120 dias para que o Ministério das Comunicações regulamentasse
133 a matéria, feito através da portaria nº 310/2006, que instituiu norma complementar nº
134 01/2006, definindo uma carência de dois anos para que as emissoras se
135 adequassem. A partir de 2006 houve um prazo de dois anos para a implementação

136 de duas horas diárias de programação e num processo escalonado para ao final de
137 dez anos com 24 horas de programação diária com áudio descrição. Todavia, o
138 Ministério das Comunicações, ao final do prazo de dois anos, editou a Portaria nº
139 403, em 27 de junho de 2008, suspendendo por trinta dias a exigibilidade e de lá por
140 diante suspenderam por seguidas vezes a exigibilidade culminando na edição da
141 Portaria nº 985, de 27 de novembro de 2009, para realização de consulta pública
142 com o objetivo de discutir alterações, tais como a propositura de mais dois anos de
143 carência para as emissoras de televisão, descumprindo a Convenção. Com tanto,
144 algumas organizações componentes do CONADE, como a CVI Brasil, a FEBAD e a
145 ONCB propuseram ao Supremo Tribunal Federal uma argüição de descumprimento
146 de preceito fundamental, instrumento que garante o respeito à Constituição Federal.
147 Destarte, recomendou ao CONADE: que fosse exigido da administração pública o
148 cumprimento do dever constitucional de zelar não apenas pela implementação da
149 Constituição, dos tratados e acordos internacionais, mas o dever de assegurar os
150 serviços públicos para todos e todas, bem como as pessoas com deficiência;
151 extensão de ofício para o STF Supremo Tribunal Federal nos autos da DPF nº 160
152 para a 14ª Vara Federal da Subseção Judiciária do Distrito Federal nos autos a Ação
153 Civil Pública nº 200934000047648, recomendando que o Poder Judiciário determine
154 a imediata exigibilidade da áudio descrição no Brasil; expedição de nota da
155 exigibilidade de áudio descrição direcionada à Presidência da República e,
156 posteriormente, divulgada da forma mais ampla possível para que a convenção
157 sobre os direitos das pessoas com deficiência fosse cumprida; realização de
158 audiência com o Ministro das Comunicações; além de oficial o site da Imprensa
159 Nacional solicitando a acessibilidade para o mesmo. A Sra. Silvana de Oliveira
160 Almeida, assim como o Sr. Moisés Bauer Luiz, o Sr. Márcio Castro de Aguiar, o Sr.
161 Domingos João Montagna, apoiou a elaboração de uma nota de exigibilidade. O Sr.
162 Márcio Castro de Aguiar afirmou que a áudio descrição não atende somente a
163 pessoa com deficiência visual, mas também as pessoas com deficiência intelectual.
164 A Sra. Laís Vanessa Carvalho de Figueiredo Lopes sugeriu, além da nota, uma
165 audiência com o Ministro Relator do processo no Supremo Tribunal Federal – STF e
166 com o Procurador Geral da República. O Sr. Raimundo Nonato Lopes de Souza
167 colocou a FCDBR à disposição e sugeriu que a fizesse o mesmo OAB. Após, a Sra.
168 Ana Paula Cosara leu minuta da nota, que depois das deliberações e sugestões foi
169 aprovada por unanimidade. O Sr. Ricardo Mesquita Barbosa apoiou a sugestão do
170 Sr. Raimundo Nonato Lopes de Souza de incorporar a OAB nessa questão. O Sr.
171 Flávio Henrique de Souza sugeriu que cada entidade enviasse documento atinente

172 ao tema ao Ministério das Comunicações. Ao passo que a Sra. Laís Vanessa
173 Carvalho de Figueiredo Lopes foi contrária. Posto isto, fora aprovado o relatório e
174 passou-se ao próximo relato. **Informes das Comissões Permanentes: Comissão**
175 **de Articulação de Conselhos – CAC.** O Sr. Moisés Bauer Luiz esclareceu que,
176 devido a alguns problemas de saúde, a Coordenadora da Comissão, Sra. Izabel
177 Maria Madeira Loureiro Maior, não participou da reunião da comissão e
178 devido a ausência do coordenador interino, a Sra. Niusarete Margarida de Lima
179 encarregou-se da relatoria da Comissão. Ao passo que a mesma relatou que:
180 participaram da reunião a própria, a Sra. Maria do Carmo Tourinho, da ABRA, o Sr.
181 Antônio José Ferreira, da ONCB, o Sr. Moisés Bauer Luiz, da ONCB, o Sr.
182 Raimundo Nonato Lopes de Souza, da FCD do Brasil, o Sr. Domingos João
183 Montagna, a Sra. Valdenora da Cruz Rodrigues, do MORHAN, o Sr. Kellerson Souto
184 Viana e o Sr. Edmando Luiz de Albuquerque: a comissão analisou o planejamento
185 estratégico e as metas previstas e realizadas pelo CONADE; avaliou também o
186 planejamento do 4ª Encontro Nacional de Conselhos; a lei de criação do CONADE,
187 já inclusa na pauta da próxima reunião do CONADE; a revisão e a edição da cartilha
188 de diretrizes para ampliação de Conselhos; propostas para os candidatos na
189 próxima eleição, a ser realizada no ano seguinte. Posto isto e sem mais
190 questionamentos, foi aprovado o relatório. **Informes das Comissões Permanentes:**
191 **Comissão de Políticas Públicas – CPP.** O Sr. Adinilson Marins dos Santos relatou
192 que estiverem presentes o próprio, a Sra. Andréa Duarte, Ministério da Saúde, a
193 Sra. Ermelinda Christiane de Paula, Ministério da Previdência Social, Sra. Lizair de
194 Moraes Guarino, FENASP, Sra. Ester Alves Henriques, Fenasp, Sra. Maria
195 Aparecida, ABRASO, Sra. Renata Souza Vale, Fenapae e Sra. Geci Clauc,
196 Federação Brasileira das Associações de Síndrome de Down. Como pauta, a
197 comissão apresentou o relatório de atividades em 2009, sendo que a comissão
198 recebeu 14 processos, dos quais parte não foi analisada e nem discutida devido à
199 ausência de seus relatores. Como ação prática, seria feito o levantamento dos
200 processos para que os conselheiros assíduos pudessem fazer o relato dos mesmos,
201 comprometendo-se a comissão a fazer a apresentação do relatório de atividades na
202 primeira reunião, em 2010. Por fim, a Comissão apresentou o planejamento para
203 2010: Seminário sobre deficiências, como público alvo os conselheiros do CONADE
204 na terceira reunião ordinária do mesmo; identificar e divulgar as ações e projetos
205 voltados à pessoa com deficiência incluindo as deliberações da 2ª Conferência que
206 estão ocorrendo tanto na Sociedade Civil quanto na área governamental a fim de
207 multiplicá-las; dar continuidade à análise de processos e pareceres encaminhados à

208 **CPP. Informes das Comissões Permanentes: Comissão de Comunicação**
209 **Social – CCS.** O Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné destacou primeiramente o relatório
210 de atividades da CCS 2009. Informou que: de seis diretrizes da CCS, três foram
211 integralmente cumpridas: Divulgar os atos e diretrizes do CONADE; Estabelecer
212 mecanismo de aperfeiçoamento da estrutura de comunicação do CONADE e
213 aperfeiçoar o site do CONADE; duas diretrizes dependiam de ações iniciais de outra
214 comissão, referindo-se à divulgação de ações da CORDE e das outras comissões; e
215 outra ação, a criação de rede de comunicação com outros movimentos sociais e
216 outros conselhos, aguardava a nova estrutura da Secretaria Especial dos Direitos
217 Humanos para a criação da ferramenta; seis demandas de responsabilidade da CCS
218 atinentes às deliberações da Segunda Conferência Nacional dos Direitos das
219 Pessoas com Deficiência foram cumpridas: campanhas educativas contempladas
220 com a Campanha da Acessibilidade e a Campanha Iguais na Diferença; a criação de
221 bancos de dados, contemplado pelo SISCORDE; além de três demandas referentes
222 a campanhas educativas e os processos em andamento na comissão. Informou
223 ainda que: o CONADE INFORMA passou a ser editado com visual atrativo, incluindo
224 fotos com legendas descritivas, distribuído no formato PDF e TXT e fazia a
225 divulgação das reuniões ordinárias e extraordinárias do CONADE; trazia lista das
226 entidades que aderiram à Campanha da Acessibilidade em 2009. Após, apresentou
227 o plano de ação para 2010. 1) Planejamento estratégico – Focar diretrizes
228 pendentes: A) Divulgar a política de atenção à pessoa com deficiência, bem como
229 atuação do CONADE no processo e monitoramento da implementação da
230 convenção sobre os direitos da pessoa com deficiência. B) Criar uma rede de
231 comunicação com outros movimentos sociais e conselhos. C) Divulgar as ações de
232 cada item da agenda social. D) Aperfeiçoar o site do CONADE. 2) Deliberações da
233 2ª Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência: Acompanhar o
234 encaminhamento das demandas referente a campanhas educativas que não foram
235 contempladas pela a Campanha da Acessibilidade e Campanha Iguais na Diferença.
236 3) CONADE Informa: manter atual editorial e aperfeiçoar o visual do informativo.
237 Expandir a lista de distribuição por e-mail. 4) Campanha da Acessibilidade:
238 conquistar novos parceiros e consolidar os atuais, expandindo a atuação da
239 campanha junto aos mesmos. Após, feitas todas as sugestões para a melhor
240 divulgação da campanha da acessibilidade o relatório foi aprovado por unanimidade.
241 Posto isto, não havendo mais tempo, o Sr. Isaías encerrou os trabalhos ressaltando
242 que a primeira comissão a relatar no dia seguinte seria a Comissão de Orçamento e
243 Finanças – COF.

244

245 **DIA 2 DE DEZEMBRO – QUARTA-FEIRA**

246 **Reabertura:** Verificado o quorum por meio de chamada oral, a Sra. Denise Costa
247 Granja reiniciou os trabalhos e passou de pronto à apresentação dos Ministérios.

248 **Apresentação dos Ministérios e Secretarias que Compõe o CONADE.**

249 **Ministério das Cidades - MC.** A Sra. Magda Hennes informou que o conceito de

250 acessibilidade estava inserido em todas as ações daquele Ministério e que o

251 Programa Nacional de Acessibilidade foi incluído no Plano Plurianual – PPA de 2008

252 a 2011, com o objetivo de promover a acessibilidade aos bens e serviços da

253 comunidade para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, desde um

254 terminal de ônibus urbano ou estação metrô-ferroviária até a uma escola de ensino

255 fundamental; que o Ministério atuava junto à CORDE em uma agenda social com o

256 intuito de beneficiar 1.006 (mil e seis escolas) com a acessibilidade. Após, fez o

257 relato dos programas e ações estratégicas do ministério com relação à

258 acessibilidade e informou que foi elaborada também uma proposta orçamentária

259 para 2010 para o programa de acessibilidade estimada em três bilhões de reais. Na

260 sequência, o Sr. José Veríssimo da Silva sugeriu à Representante do Ministério das

261 Cidades que o DENATRAN, órgão subordinado àquele ministério, em seus filmes de

262 campanhas educativas, utilizassem a pessoa com deficiência tanto como motorista

263 quanto como transeunte. Sugeriu ainda a postagem no site do CONADE de

264 pesquisa realizada pelo Ministério das Cidades do quantitativo de ônibus acessíveis

265 no país. Ao passo que a Sra. Magda Hennes afirmou que tais requerimentos eram

266 passíveis de serem realizados. O Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira informou

267 que havia uma escola de surdos oralizados que ele freqüentava que não tinha o

268 entorno acessível e questionou qual seria o procedimento para solicitar essa

269 acessibilidade ao Ministério das Cidades. Todavia, a Sra. Magda Hennes esclareceu

270 que o Ministério trabalhava com a agenda social e o Ministério da Educação – MEC

271 primeiro tornava as salas acessíveis para depois o Ministério das Cidades tornar o

272 entorno acessível. Portanto, o Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira afirmou que

273 conversaria com o representante do MEC. Após, sugeriu a criação de um único

274 passe livre para os três entes federativos. Ao passo que a Sra. Magda Hennes

275 destacou que poderia ser um tema levado ao conhecimento do Conselho das

276 Cidades. Por fim, o Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira solicitou a participação

277 mais ativa do Conselheiro Representante do Ministério das Cidades. O Sr. Kellerson

278 Souto Viana solicitou as estatísticas ali apresentadas divididas por região do país.

279 Ao passo que a Sra. Denise Costa Granja solicitou que a apresentação, assim como

280 as solicitações fossem enviadas a todos. Deste modo, a Sra. Magda Hennes
281 informou que até o final daquela semana encaminharia para todos e solicitou o prazo
282 de janeiro de 2010 para que o planejamento para o mesmo fosse entregue.
283 Seguindo, o Sr. Kellerson Souto Viana questionou quais eram os critérios para
284 isentar os empresários de ônibus e solicitou que o CONADE participasse dessas
285 discussões dentro do Ministério. Ao passo que a Sra. Magda Hennes afirmou que
286 não haveria nenhuma restrição à participação do CONADE nos comitês técnicos do
287 Ministério, bastando o mesmo requerer sua presença. A Sra. Lizair de Moraes
288 Guarino ponderou que o Ministério das Cidades não recebia projetos de
289 organizações não-governamentais e pôs-se contrárias a essa posição do Ministério.
290 O Sr. Ricardo Mesquita Barbosa sugeriu a sinalização sonora em ônibus coletivos
291 para auxiliar o deficiente visual a identificar o itinerário dos ônibus. Com relação ao
292 deficiente locomotor, sugeriu que as empresas avaliassem seus empregados
293 periodicamente para verificarem se os mesmos estariam habilitados a lidar com o
294 público. Posto isto, a Sra. Magda Hennes sugeriu ao CONADE um conselheiro com
295 voz ativa no Conselho das Cidades e no seu grupo de trabalho de transporte e
296 mobilidade urbana. O Sr. Kellerson Souto Viana ratificou a proposta do Sr. Ricardo
297 Mesquita Barbosa, acrescentando que havia um aparelho já inventando que identificada
298 a 100 metros de distância o ônibus desejado pelo deficiente visual e propôs ao
299 CONADE ou a CORDE sugerirem a implantação desse sistema ao Ministério das
300 Cidades. Além disso, sugeriu que fosse usado nos ônibus o mesmo sistema usado
301 no metrô de identificação dos pontos de ônibus ao longo do itinerário. A Sra. Denise
302 Costa Granja sugeriu que o tema fosse tratado pelos dois representantes do
303 CONADE no Comitê de Tecnologia Assistiva. **Apresentação dos Ministérios e**
304 **Secretarias que Compõe o CONADE. Ministério da Cultura - MinC.** A Sr. Thaís
305 Borges Werneck relatou que a Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural,
306 dentro do MinC era a que tinha ação específica para as pessoas com deficiência e
307 que as ações desenvolvidas em 2009 eram produto Oficina Nacional de Indicação
308 de Políticas Públicas Culturais para Pessoas com Deficiência. A partir disso, foi
309 elaborada nota técnica informando às demais secretarias e entidades vinculadas ao
310 MinC sobre os resultados da oficina e o que deveria ser implementado pelo próprio
311 Ministério e suas secretarias. Foi destacado também R\$ 200 mil (duzentos mil reais)
312 à FIOCRUZ para que fosse editado e publicado um livro com o título Nada Sobre
313 Nós Sem nós, contendo os resultados da oficina e em formatos acessíveis. Como
314 resultado desta oficina, seria aberto edital em fevereiro de 2010 com o objetivo de
315 premiar 31 projetos culturais, divididos em três categorias: teatro, dança e música;

316 artes visuais; e acessibilidade. Outro produto da oficina seria a Semana da
317 Acessibilidade, prevendo sensibilizar as instituições culturais, com vistas a garantir a
318 fruição cultural das pessoas com deficiência, com previsão de R\$ 500 mil
319 (quinhentos mil reais). Ademais, a Sra. Thaís Borges Werneck informou que: a
320 Secretaria de Políticas Culturais do MinC, em parceria com a ONCB, fazia o Projeto
321 Rede de Produção de Livros em Formatos Acessíveis por meio de convênio
322 celebrado com a Associação dos Cegos do Rio Grande do Sul – ACERGS; foram
323 compradas máquinas braile que seriam destinadas a instituições com crianças
324 deficientes visuais, para garantir a inclusão na cultura através da alfabetização em
325 braile; a Diretoria de Direitos Autorais da Secretaria de Políticas Culturais do MinC
326 iniciou a discussão da reforma da lei autoral do Brasil, ampliando aos demais
327 deficientes visuais, com visão reduzida, ou até mesmo os deficientes com
328 mobilidade reduzida a possibilidade de imprimir os livros em formato acessível; o
329 MinC ofereceu aos seus servidores o curso da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS;
330 foi publicada a Portaria nº 29, que versa sobre a elaboração e gestão dos editais e
331 prevê que os projetos apoiados pelo MinC garantam a acessibilidade das pessoas
332 com deficiência. Finda a apresentação, o Sr. Kellerson Souto Viana questionou qual
333 ação o MinC tinha com relação à Lei do Livro Acessível. O Sr. Márcio Castro de
334 Aguiar ponderou que era um absurdo àquela data a Lei do Livro Acessível não ser
335 aprovada e que os projetos financiados pelo MinC deveriam respeitar a questão da
336 acessibilidade. O Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira informou que possuía uma
337 relação de 305 livros que poderiam ser editados sem a necessidade de direitos
338 autorais e os quais poderiam ser o ponto de partida para fornecer com edição em
339 braile de forma gratuita. A Sra. Shirley Vilhalva solicitou que fossem lembrados pelo
340 MinC os materiais para as escolas indígenas e os índios deficientes auditivos. O Sr.
341 Marcos Cordeiro de Souza Bandeira sugeriu que para todo filme brasileiro fosse
342 obrigatória a acessibilidade, com legenda, áudio descrição e LIBRAS. Ao passo que
343 a Sra. Thaís Borges Werneck esclareceu que já havia uma conversa para resolver
344 tal demanda. Posto isto e não havendo mais tempo para os demais assuntos de
345 pauta, foi suspensa a sessão.

346

347 **DIA 3 DE DEZEMBRO – QUINTA-FEIRA**

348 **Reabertura:** Verificada a existência de quorum, foram reiniciados os trabalhos desta
349 reunião, sob a presidência da Sra. Denise Costa Granja. Como primeiro ponto de
350 pauta, o CONADE deliberou acerca do Decreto 6.907, que promovia mudanças no
351 financiamento de diárias e passagens dos conselheiros de conselhos estaduais e

352 municipais. Com tanto, o Conselho encaminhou por solicitar parecer ao Tribunal de
353 Contas da União e sugerir uma nova redação para o Decreto. **Apresentação dos**
354 **Ministérios e Secretarias que Compõe o CONADE. Ministério do Esporte – ME.**
355 O Sr. Maurício Melo Chaves informou que o Ministério desenvolvia as suas ações
356 em três eixos, o esporte de alto rendimento, o esporte social, composto pelos
357 programas de esporte e lazer na cidade e o esporte educacional, chamado Segundo
358 Tempo, e em todos os eixos havia ações específicas para a promoção e
359 participação das pessoas portadoras de deficiência. Afirmou que o orçamento do
360 Ministério entre 2010 e 2016 receberia um incremento no aporte de recursos para o
361 desenvolvimento de atletas olímpicos e para-olímpicos. Por fim, destacou os
362 convênios celebrados para o desenvolvimento de atividades específicas para as
363 pessoas com deficiência com os estados e algumas entidades não-governamentais.
364 Posto isto, esclareceu as dúvidas dos conselheiros que se manifestaram.
365 **Apresentação dos Ministérios e Secretarias que Compõe o CONADE.**
366 **Ministério da Educação – MEC.** A Sra. Martinha Clarete Dutra dos Santos informou
367 que 2009 foi um ano muito importante, porque, além do Poder Executivo promulgar
368 o Decreto ratificando a Convenção da Pessoa com Deficiência, houve no âmbito do
369 Conselho Nacional de Educação – CNE a instituição das diretrizes operacionais para
370 o atendimento educacional especializado na educação básica. Após, apresentou os
371 programas e ações do MEC para as pessoas com deficiência e o seu aporte
372 financeiro: o programa educação inclusiva, com o objetivo principal a formação de
373 gestores e professores dos Municípios, com o investimento de R\$ 15 milhões; o
374 programa Benefício de Prestação Continuada na Escola – BPC na Escola, com um
375 aporte de R\$ 1,3 milhão no processo de formação para os comitês gestores
376 estaduais e alguns municipais; programa escola acessível, que objetiva a
377 arquitetônica dos prédios escolares, com recursos destinados de R\$ 40 milhões; o
378 programa implantação de salas de recursos multifuncionais, que ampliou para 10 mil
379 salas e totalizou um investimento superior a R\$ 101 milhões; o programa de
380 formação continuada de professores em educação especial à distância, com o
381 envolvimento de nove instituições públicas de educação superior ofertando 10
382 cursos diferentes e atingiu onze mil e 350 professores da rede pública e com uma
383 previsão orçamento de R\$ 13 milhões para 2010, com a expectativa de 24 mil
384 vagas; o projeto livro acessível mobilizou um total de R\$ 18 milhões e com recursos
385 antecipados para a compra dos equipamentos para a modernização dos centros
386 públicos de produção do livro acessível e aquisição de laptop; o programa Pró
387 LIBRAS, exame nacional feito pelo MEC para a certificação de intérpretes de

388 LIBRAS, com um acréscimo de 40% de inscritos em 2009, com o custo total de R\$
389 13 milhões; o programa de apoio à educação especial, contemplado com R\$ 10
390 milhões; o programa Incluir, programa desenvolvido no âmbito das universidades
391 públicas brasileiras e visa a constituição de núcleos de acessibilidade, repassando
392 recurso para a adequação arquitetônica e para a aquisição de equipamentos. Em
393 2009, então, nós tivemos um edital de quase quatro milhões. Por fim, destacou que
394 havia uma previsão para 2010 para a ampliação do programa escola acessível; mais
395 mil salas de recursos; programa de formação continuada dos professores. Posto isto
396 e esclarecidos os conselheiros, a Sra. Denise suspendeu as atividades do Conselho
397 e os conselheiros deste pleno se dirigiram a outro espaço para a solenidade de
398 criação da Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com
399 Deficiência e Comemoração do dia Internacional da Pessoa com Deficiência, além
400 dos 10 anos do Decreto 3.298 que regulamentou a Lei 7.853, que completava 20
401 anos e que dispunha sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua
402 integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa
403 Portadora de Deficiência - CORDE, instituiu a tutela jurisdicional de interesses
404 coletivos ou difusos dessas pessoas, e disciplinou a atuação do Ministério Público,
405 definiu crimes, e deu outras providências.

406

407 **DIA 4 DE DEZEMBRO – SEXTA-FEIRA**

408 **Reabertura:** Verificada a falta de quorum e a inexigibilidade do mesmo para
409 apresentações, o Sr. Isaias Dias reiniciou os trabalhos e passou de pronto à
410 apresentação dos Ministérios. **Apresentação dos Ministérios e Secretarias que**
411 **Compõe o CONADE. Ministério da Saúde - MS.** A Sra. Érika Pisaneschi informou
412 que: em torno de 70 a 80% da população brasileira era dependente do Sistema
413 Único de Saúde – SUS; foi incluído, no biênio 2006/2008, como prioridade no pacto
414 pela vida o fortalecimento da capacidade de resposta no SUS às pessoas com
415 deficiência; o SUS devia suprir a necessidade específica da pessoa com deficiência,
416 para que fosse atingida a integralidade e a equidade; a política nacional de saúde
417 para a pessoa com deficiência foi construída em parceria com o movimento social e
418 de 2003 em diante foram fortalecidas as ações, os recursos e as normatizações
419 complementares à política para um de fato avanço no atendimento dessa população
420 no SUS; era objeto de trabalho no Ministério as publicações do mesmo em braille; a
421 política era composta por diversos eixos que tratavam da promoção da qualidade de
422 vida, da prevenção de deficiências, da assistência integral à saúde, da ampliação e
423 fortalecimento de mecanismos de informação, capacitação de recursos humanos e

424 organização e funcionamento de serviços de reabilitação; o termo prevenção de
425 deficiências era muito questionado, todavia, seria feita uma revisão dessa política e
426 alterada essa terminologia; em março de 2008 o Ministério da Saúde publicou
427 normas para a implantação de núcleos de apoio à Saúde da Família, com
428 profissionais de diversas áreas e, inclusive, os profissionais de reabilitação, o que
429 era fundamental para o avanço da política de saúde para a pessoa com deficiência;
430 a área técnica de saúde da pessoa com deficiência participa naquilo que é publicado
431 pela atenção básica inserindo capítulos ou conteúdos no que diz respeito à pessoa
432 com deficiência, tal como os direitos sexuais e reprodutivos de pessoas com
433 deficiência; o Ministério tem o manual de como deve ser construída uma unidade
434 básica de saúde, seguindo a NBR 9050, garantindo a acessibilidade dos edifícios,
435 além de publicações específicas atinentes às pessoas com deficiência no SUS; o
436 Ministério realizou um seminário nacional para discutir direitos sexuais e direitos
437 reprodutivos, saúde sexual e saúde reprodutiva na integralidade da atenção da
438 pessoa com deficiência, que culminou em um caderno com diretrizes ao tratamento
439 da pessoa com deficiência com previsão de publicação para o primeiro semestre de
440 2010. Destacou que o Programa Benefício de Prestação Continuada na Escola, por
441 ser um programa interministerial, era importantíssimo para promover processos
442 permanentes de integração das áreas de assistência social, da saúde e da
443 educação nos Municípios e que em torno de 50% dos municípios brasileiros
444 aderiram ao programa. Com relação à média e alta complexidade, informou que: o
445 MS propunha a organização das redes temáticas de serviços de reabilitação, que
446 são as unidades que promovem a reabilitação das pessoas e fornecem aquilo que
447 precisarem de equipamentos, como órteses e próteses, assistência ventilatório,
448 dentre outros: em 2001 foram publicadas as normas para a implantação dos
449 serviços de reabilitação física; em 2008, a norma sobre assistência ventilatória para
450 pacientes com distrofia muscular foi atualizada e ampliou-se o programa de
451 assistência ventilatória para todos os pacientes com doenças neuromusculares; em
452 2009, foram publicadas as portarias que tratam da organização dos serviços de
453 atenção às pessoas ostomizadas; em 2004, foi instituída a política nacional de
454 saúde auditiva; Em 2008, foram publicadas as normas para a organização das redes
455 de serviços de reabilitação visual; estava sendo revista a norma de reabilitação física
456 e a de deficiência intelectual e autismo, de 2002; na agenda social da Presidência da
457 República, o MS se comprometeu em ampliar o acesso, a cobertura e aprimorar o
458 processo de reabilitação no SUS, para tanto, foram destinados recursos para
459 ampliar o fornecimento de órtese, prótese e reabilitação, fortalecendo a rede de

460 serviço de reabilitação; havia no país 156 serviços de reabilitação física, 142
461 serviços de referência da saúde auditiva, 75 serviços de referência da saúde visual
462 com a previsão de habilitação de 12 processos para 2010, e 900 Unidades para
463 deficiência mental e autismo. Ademais, solicitou maior responsabilidade do
464 CONADE no monitoramento da execução de repasse dos recursos, visto que o
465 recurso era descentralizado e quem decidia sua destinação era o gestor estadual e
466 municipal. Informou ainda que era pretensão implantar dez oficinas ortopédicas no
467 país, financiando a implantação de oficinas ortopédicas. Posto isto, a Sra. Nancy
468 Ferreira de Oliveira sugeriu incluir o programa de triagem neonatal, criado em 2001,
469 na apresentação. Após esclarecimentos aos conselheiros, findou a apresentação.
470 Posto isto, o Sr. Márcio Castro de Aguiar, por questão de ordem, solicitou que fosse
471 verificado o quorum, por haver assuntos de pauta que necessitavam do mesmo para
472 deliberação. Ao passo que o Sr. Isaías Dias procedeu à chamada oral e constatou
473 que não havia quorum suficiente para as deliberações. Portanto, passou à próxima
474 apresentação. **Apresentação dos Ministérios e Secretarias que Compõe o**
475 **CONADE. Ministério do Turismo – MTur.** A Sra. Ana Beatriz Borges Serpa
476 informou que o Ministério do Turismo não possuía nenhuma rubrica ou setor
477 específico para a pessoa com deficiência, visto que o tema era tratado de forma
478 transversal, em todas as ações do Ministério, e que o Plano Nacional de Turismo
479 2007/2010, em seu subtítulo, “Uma Viagem de Inclusão” já trazia o conceito de
480 inserção da pessoa com deficiência. Além disso, o Ministério possuía o programa de
481 qualificação profissional em turismo, capacitando a entidade interessada para o
482 atendimento à pessoa com deficiência. Ademais, o MTur, desde 2005, formatou um
483 projeto modelo, na cidade turística Socorro, cidade interiorana de São Paulo,
484 especializada em turismo de aventura, que foi adaptado para a prática por pessoas
485 com deficiência. Com o sucesso da experiência, o Ministério multiplicava os
486 resultados em outras cidades através de seminários, levando a conhecimento as
487 legislações e normas de adaptação. Outra ação do MTur era uma participação mais
488 ativa no CONADE, considerando que as ações do Ministério eram desarticuladas
489 com o Conselho. Para tanto, pretendia aderir à Campanha da Acessibilidade,
490 promovida pelo Conselho. Uma outra ação do Ministério era requerer o cumprimento
491 das normas de acessibilidade como pré-requisito para apoio a projetos, além do
492 lançamento de guias com informações sobre o turismo acessível, apesar de não
493 existir levantamento do quantitativo de cidades e aparelhos turísticos acessíveis.
494 Todavia, o Ministério fazia o levantamento desse quantitativo através de seu próprio
495 cadastro, o CADASTUR. Outro projeto que o MTur possuía, em experiência, no

496 estado do Pará era o de qualificação de pessoal para atender as pessoas com
497 deficiência, bem como a qualificação de pessoas com deficiência para trabalharem
498 com o turismo. Outra proposta era uma campanha de incentivo a viagens das
499 pessoas com deficiências que seria lançada em 2010. Posto isto, o Sr. Isaías Dias
500 interrompeu a sessão para almoço. Após, verificado ainda que não havia quorum
501 para deliberações, o Sr. Kellerson Souto Viana solicitou esclarecimentos a respeito
502 da falta de quorum, já que, segundo ele, foram pagas e emitidas as passagens. Ao
503 passo que foi informado que as passagens eram emitidas aos conselheiros
504 representantes da sociedade civil, que em sua maioria ocupavam o plenário. Com
505 tanto, o Sr. José Alcides Marton da Silva sugeriu que fossem encaminhados à
506 comissão de ética o nome das entidades que não se faziam presente. Posto isto e
507 acatado, o Sr. Isaías Dias procedeu à chamada oral e verificou-se que não havia
508 quorum. Contudo, ficou deliberado que o CONADE comunicaria as entidades cujos
509 conselheiros receberam as passagens e diárias referentes aos dias de reunião e não
510 se fizeram presente e sem justificar sua ausência. Posto isto, a Sra. Ana Beatriz
511 Borges Serpa esclareceu aos questionamentos dos conselheiros quanto às ações
512 do MTur. **Apresentação dos Ministérios e Secretarias que Compõe o CONADE.**
513 **Ministério da Previdência Social – MPS.** A Sra. Ermelinda Christiane de Paula
514 destacou que o MPS também não tinha programa voltado às pessoas com
515 deficiência. Apresentou a estrutura do Ministério e o quantitativo de contribuintes da
516 previdência, destacando que era objetivo a ampliação das agências de atendimento
517 ao usuário em mais 700 (setecentas). Ademais, o MPS possuía alguns programas
518 específicos, tais como reforma e adaptação das unidades de atendimento, além de
519 outras ações destinadas especificamente à pessoa com deficiência, como a
520 operacionalização do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com
521 deficiência. Posto isto e esclarecidos os Conselheiros e verificado quorum, o Sr.
522 Isaías passou ao próximo ponto de pauta. **Questionamento Sobre a Estrutura do**
523 **Conade.** O Sr. Márcio Castro de Aguiar destacou a reestruturação da Secretaria de
524 Direitos Humanos e subsequentemente a reestruturação da Coordenação Geral dos
525 Direitos da Pessoa com Deficiência CORDE, que passava ao status de
526 Subsecretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – SNPD. Com tanto,
527 questionou preocupado qual seria o lugar do CONADE nessa nova estrutura e qual
528 o nível de autonomia que o Conselho teria para deliberar. O Conselheiro Antônio
529 José Ferreira ratificou o questionamento acima e sugeriu a presença de uma pessoa
530 que pudesse esclarecer esse ponto na próxima reunião do CONADE. O Sr. Isaías
531 Dias propôs uma audiência com o Ministro Vannuchi para tratar dessa questão. O

532 Sr. Kellerson Souto Viana mostrou-se contrário à incorporação do CONADE à
533 estrutura da SNPD e propôs uma Lei própria para o Conselho. Proposta esta que foi
534 ratificada pelo Sr. Flávio Henrique de Souza. A Sra. Niusarete Margarida de Lima
535 informou que a nova estrutura da SDH ainda não estava completamente socializada
536 e a metodologia de emissão de passagens ainda não estava completa. Ponderou
537 por fim que era importante o CONADE buscar esclarecimentos com relação ao seu
538 papel na SDH. O Sr. Márcio Castro de Aguiar, considerando a falta de quorum
539 naquele momento, sugeriu à Presidência Ampliada que solicitasse uma audiência
540 com o Ministro para tratar da autonomia e da parte administrativa do CONADE e
541 defendeu que o controle social das políticas públicas da pessoa com deficiência
542 fosse exercido plenamente por aquele colegiado. Posto isto, o CONADE
543 encaminhou que a Presidência Ampliada solicitasse a reunião com o Ministro.
544 **Encerramento.** Não havendo mais quorum e não tempo hábil, o Sr. Isaías Dias
545 encerrou a reunião agradecendo a todos.